

## POLÍTICA

## Constituinte e Ministério da Fazenda em briga declarada

de parte de suas atribuições: manutenção das Forças Armadas, da diplomacia, participação nos planos de eletrificação e construção de estradas. Sarney, enfim, defende uma responsabilidade maior de todos em relação à reforma tributária, que deve ser longamente discutida antes da votação.

Na reunião de ontem entre Sarney e os parlamentares discutiu-se ainda o futuro sistema de governo e a crise criada pelo PFL. E o presidente até considerou de "bom alvitre", segundo os deputados, que haja uma protelação de dois dias no prazo de votações na Sistematização — tempo que ele acredita ser suficiente para buscar o entendimento. Na opinião do deputado Renato Vianna (PMDB-SC), porém, Sarney não deveria envolver-se nessa negociação, deixando o assunto para ser discutido pelas lideranças.

tir e, com isso, não poderia promover à diminuição das desigualdades regionais.

Os defensores da descentralização tributária não acreditam nisso. "O projeto transfere 20% do que a União recebe hoje para os Estados e Municípios, ao longo dos próximos cinco anos", relata Bezerra Coelho. "No ano que vem, serão só 5%. Portanto, não dá para provocar esse caos que eles prevêem."

Dornelles compara o montante da transferência prevista para o ano que vem — cerca de Cz\$ 30 bilhões — com alguns gastos da União este ano. "O governo federal jogou Cz\$ 90 bilhões na siderurgia; Cz\$ 60 bilhões nos bancos. Por que não perder Cz\$ 30 bilhões?" Por essas razões, Dornelles acredita que a ofensiva de última hora do Ministério da Fazenda contra a reforma tributária não resultará em nada.

### Conversa séria

Para encaminhar esse assunto com muito cuidado na Constituinte, o presidente Sarney pretende convocar as lideranças políticas para uma conversa séria. A preliminar foi ontem, durante a audiência com o deputado Maz Rosenmann (PMDB-PR), da qual participaram outros parlamentares, inclusive o líder Luiz Henrique.

Sarney, segundo Rosenmann, vai tentar convencer as lideranças de que, se prevalecer essa proposta de divisão do bolo orçamentário, a União não poderá manter gran-

Essa defesa da imagem presidencial, feita por Vianna, foi repetida ontem pelo deputado João Cunha (PMDB-SP), que desceu do gabinete de Sarney criticando os parlamentaristas. Acusou o deputado Ulysses Guimarães por "fazer o jogo pessedista", argumentando que ele diz não querer o parlamentarismo, embora querendo, para permanecer no poder através do Congresso.

Mas também houve crítica a Sarney, vindas de outros parlamentares também recebidos em audiência. O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que apresentou uma emenda presidencialista, reprova o presidente por ter começado a participar da Constituinte muito tarde. "Ele deveria ter deixado claro desde cedo que iria participar ativamente no processo de transição política", pondera. "O presidente perdeu a partida desde o início, quando formou a comissão Afonso Arinos, custeada pelos cofres públicos, e não encaminhou o resultado dos trabalhos à Constituinte, argumentando que não queria interferir no trabalho".

### "Projeto genocida"

E o substitutivo de Bernardo Cabral continua rendendo reprovações. O presidente do Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, dom Ervin Frautler, bispo do Xingu, distribuiu uma nota ontem para reclamar que o texto é "nocivo aos índios e

tem caráter genocida, etnicida, além de ser indigno da consciência civil e cristã do povo brasileiro".

Na nota, o bispo ressalta que o texto de Cabral estabelece duas categorias de índios: os que ainda são assim considerados, e cuja cidadania é cassada; e os que por assim não serem considerados têm cassada a própria indianidade. "A posição da Constituinte é um estímulo à investida contra os índios que ocupam suas terras, forçando sua desintegração cultural e assimilação pela sociedade envolvente, para a desindianização de áreas que interessam aos setores econômicos."

O bispo reclama ainda a não apresentação dos documentos prometidos pelo jornalista Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável por O Estado, à CPI que investiga denúncias contra o Cimi. E ressaltou que, independente do pedido de resposta da entidade, o Cimi vai requisitar à Polícia Federal a instauração de inquérito para apurar se há ou não falsidade nos documentos utilizados como base para a série de reportagens.

A severa nota do bispo contra o texto de Cabral prossegue com protestos ao interpretar que, ali, o índio aparece como absolutamente incapaz. "Até o momento, o índio é relativamente incapaz e detém, portanto, seus direitos políticos. Com a incapacidade absoluta ele perde esses direitos."

AMC X